



## **POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E SEUS MOVIMENTOS POPULACIONAIS (1970-2010)**

Alexandre de Souza Corrêa

Marcelino Armindo Monteiro

Ricardo Rippel

Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues

### **Resumo**

O objetivo deste artigo foi analisar a evolução da concentração populacional urbana e rural do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1970 e 2010, baseados pelos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Implica-se que o processo de ocupação econômica, ou seja, a ocupação populacional urbana e rural do estado se deu de forma orientada por políticas públicas de planejamento econômico. Para atender o objetivo proposto, foram utilizados alguns indicadores que mensuram a distribuição demográfica de uma região em duas perspectivas: a primeira é a localização, por meio do Quociente Locacional e o Coeficiente de Localização; a segunda é a redistribuição populacional, medido pelo Coeficiente de Redistribuição. Além destes coeficientes, foi realizada uma análise descritiva de alguns parâmetros observados sobre o contexto do fluxo migratório do estado. Constatou-se que os mesmos municípios que concentravam população na década de 1970 e 1980, ainda concentram no período recente, mesmo com advindas transformações sociais e econômicas no território. Nessa perspectiva, os municípios que se destacaram com perfil de concentração urbana, são Campo Grande, Dourados, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas, todos estes, também concentraram maiores fluxos migratórios interestaduais. Já para o caso do perfil de concentração rural, foram constatados municípios com baixa população total, estes com padrões produtivos baseado na agropecuária e dependente de boa parte de produtos e serviços dos maiores centros urbanos do estado.

**Palavras-chave:** Planejamento. Movimentos demográficos. População rural e urbana. Migração.



## 1. Introdução

Para compreender os movimentos econômicos e demográficos do estado de Mato Grosso do Sul é necessário estudar a inserção da região Centro-Oeste na economia nacional, pois é a partir de políticas de planejamento econômico iniciadas na década de 1930 e intensificadas no decorrer da década de 1960 e 1970, que tanto o Centro-Oeste como suas unidades federativas integraram-se com a economia brasileira, por meio de incentivos de ocupação do território da região.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a expansão da fronteira agrícola que já iniciara nos estados da região Sul na década de 1960, principalmente no Paraná, se estendeu fortemente para o estado sul-mato-grossense. Esta expansão ocasionou em uma atração populacional de trabalhadores rurais advindos, principalmente dos estados da região Sul e Sudeste, gerando a apropriação extensiva de terras (CUNHA, 1999).

De fato, a expansão da fronteira agrícola trouxe também a modernização no campo. As novas técnicas de produção da agricultura acarretaram em um modelo desigual, pois aqueles produtores que não conseguiram se inserir neste modelo, acabaram por ser excluído do processo, o que impactou no deslocamento da mão de obra rural para o urbano. Logo, verificou-se um processo de urbanização acelerado que foi modificando as estruturas produtivas, tanto no urbano quanto no rural (ABRAMOVAY, 1992).

Estes aspectos apontados pelo autor coadunam-se com Calixto e Gomes (2014) em seus estudos sobre a inserção de Mato Grosso do Sul na economia nacional, com o propósito de fornecer bens primários para o capital industrial que se intensificava no Sudeste. Assim, a expansão e a modernização agrícola, aceleraram tal processo, fazendo com o que o estado tornasse produtor de bens primários estratégicos para o mercado nacional e internacional, neste caso, na produção de grão e carnes.

Constituído em 1979, o estado de Mato Grosso do Sul é composto por 79 municípios e tem limites territoriais com cinco estados brasileiros, sendo eles: Paraná (sudoeste), São Paulo (leste), Minas Gerais e Goiás (nordeste) e Mato Grosso (norte); e dois países da América do Sul: Paraguai (sudoeste) e Bolívia (oeste). Os municípios de maiores destaques populacionais e socioeconômicos são a capital Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Ponta Porã.

Neste contexto, este estudo analisa a evolução da concentração populacional urbana e rural do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1970 e 2010. Rippel (2015) em



estudo realizado sobre as transformações demográficas no Sudoeste do Paraná já argumentara sobre a questão de que a inserção e unificação dos mercados dos territórios estão ligadas ao comportamento econômico e de sua dinâmica demográfica. É nesta perspectiva, que este trabalho propõe-se compreender, o perfil de concentração populacional urbana e rural de Mato Grosso do Sul mediante os dados disponíveis nos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Para atender a finalidade deste estudo, faz-se na segunda seção, uma análise sobre as principais políticas de planejamento para ocupação econômica na região Centro-Oeste, mais especificamente, no estado de Mato Grosso do Sul. A partir desta análise, a terceira seção apresenta os aspectos metodológicos que contribuem para mensurar e identificar a concentração urbana e rural dos municípios do estado, que são o Quociente Locacional, Coeficiente de Localização e o Coeficiente de Redistribuição. Na quarta seção, são apresentados os resultados da pesquisa que evidenciam o perfil da população urbana e rural, e por último, são realizadas as considerações finais do trabalho.

## 2. Planejamento e Ocupação Econômica em Mato Grosso do Sul

O crescimento industrial brasileiro durante a primeira metade do século XX ocasionou em mudanças nas estruturas produtivas e de novas divisões regionais do trabalho. A industrialização intensificada na região Sudeste a partir de 1930, acarretou em um movimento de concentração de renda e população, com a formação de um mercado nacional e de novos produtores ligados ao ramo do setor industrial.

Estes aspectos ascenderam no entendimento de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização para substituição de produtos importados. Assim, as políticas de planejamento *varguistas*<sup>1</sup> tornaram-se importantes para o fortalecimento e na transição de um Estado patrimonialista enraizado em oligarquias regionais agrícolas para um Estado burocrático, composto por novos atores políticos e sociais. “O planejamento, até então, estava fortemente referido à ideia de desenvolvimento econômico como industrialização e emancipação econômica nacional, passando agora para uma perspectiva de industrialização associada ao capital internacional” (SOUSA, 2011, p. 190).

<sup>1</sup> Governo de Getúlio Vargas (1930-1945).



Para Kon (1994), o início de um planejamento econômico de feições contínuas e efetivas se deu a partir de 1956, traduzidas no Plano de Metas. Este plano buscava a eliminação de “pontos de estrangulamentos” que impendiam um processo de desenvolvimento continuado e enfatizava novos setores industriais de produção, ou seja, incentivava o contínuo Processo de Substituição de Importações (PSI) iniciado na década de 1930. Os resultados do plano se deram por meio de investimentos ao setor industrial de ponta (bens de capital), e aos dispêndios do Estado no fornecimento de serviços complementares de infraestrutura, que repercutira nas próximas décadas.

De acordo com Baer (2003), o Processo de Substituição de Importações em curso nas décadas de 1950 e 1960, caracterizou a migração no sentido rural-urbano e incentivou a ocupação de “espaços vazios”, ou seja, espaços não ocupados economicamente na região Centro-Oeste. Logo, para a consolidação da industrialização brasileira, os estados da região integraram-se, de forma induzida, a economia nacional como fornecedores de matérias primas. Para Bresser-Pereira (2007), estas condições confundem a industrialização como sinônimo de desenvolvimento econômico, em que a sociedade passa gerar valor adicionado e transferir mão de obra agrícola para o urbano.

Contudo, conforme salienta Singer (1982), a concentração espacial de atividades e de população ao redor de São Paulo culminou na decadência populacional para outras regiões de povoamento antigo, como foi o caso da região Nordeste. Em resposta às desigualdades regionais evidenciadas, criou-se em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e em 1967 a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no entanto, o esvaziamento das regiões mais populosas e a descentralização industrial brasileira, surtiram efeito somente no início da década de 1970.

Diante da conjuntura apresentada, o gradual crescimento econômico e populacional do estado de Mato Grosso do Sul é marcado por políticas de planejamento que visavam à ocupação de territórios nacionais com pouca ou nenhuma dinâmica produtiva e populacional. A criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND)<sup>2</sup> em 1943 já demonstrara tal preocupação, que segundo Abreu (2001), esta servia para a ocupação territorial e no

<sup>2</sup> A criação do estado de Mato Grosso do Sul é datada a partir do ano de 1979. Esta política do Estado de distribuição de terras incentivou a migração de pessoas de vários estados brasileiros, para o sul de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 1999).



aumento do contingente populacional em áreas de fronteiras internacionais como principais objetivos da política, que conseqüentemente firmou o estado como extensão de consumidor de bens industrializados e produtor de matérias primas para o Sudeste.

Segundo a autora, será a partir da criação da SUDECO, por meio de políticas públicas de Integração Nacional, planejadas pelo regime militar, que o estado se insere economicamente como importante produtor de grãos e carnes para o abastecimento da demanda interna nacional e internacional. Assim, os objetivos da SUDECO eram destinados à integração rodoviária da região com o país, fomentando nas inovações técnicas que transformaram o cerrado do Centro-Oeste capacitado para produção agrícola. Pode-se afirmar que estas intervenções deram a base para a *agroindustrialização* do estado.

É neste contexto, que estas políticas foram induzindo formas de ocupação do território sul-mato-grossense, com incentivos para a produção agrícola e pecuária por meio de novas técnicas de produção e melhoramento da produtividade. Logo, é a partir das décadas de 1970 e 1980 que o estado passou a ser integrado com atividades agrícolas para exportação, com forma de colaborar com o saldo da balança comercial brasileira.

Há que se destacar, a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) no ano de 1975, que tinha como objetivo criar alternativas de fontes de combustíveis automotores em resposta aos choques do petróleo na decorrente década e diminuir as desigualdades regionais de renda. No entanto, o desenvolvimento regional integrado para o estado não surtira efeitos no âmbito do desenvolvimento econômico e social, que apesar do aumento da produção de açúcar e álcool, o estado continuou com problemas de concentração de renda (OLIVEIRA, 2003).

Nesse íterim, os planos de desenvolvimento e colonização para promover a ocupação da região Centro-Oeste, marcaram um processo intenso de crescimento demográfico acima da média nacional, que se estendeu, mesmo com redução da taxa de crescimento populacional, até a década de 1980. Cunha (1997) salienta que estes fatos não estão ligados apenas ao processo de ocupação de fronteiras agrícolas, mas também ao surgimento de aglomerações urbanas, de cidades pequenas e médias em contraste com o perfil agrícola da região.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste (PDCO-2007), os planos políticos direcionados ao Centro-Oeste e, respectivamente, para Mato Grosso do Sul, condicionaram por meio da integração físico-territorial e comercial, em conjunto com a



ocupação econômica e demográfica da fronteira agrícola entre 1930 e 1980, um novo ciclo de crescimento econômico, com o uso intensivo de tecnologia no campo e novas agroindústrias. Nesse sentido, houve uma transição de um ciclo de expansão da fronteira agrícola como modelo de ocupação e intensa especialização do agronegócio, degradação ambiental e pouca irradiação social para um modelo de crescimento, com diversificação e agregação de valor de produtos primários, bem como a preocupação com o meio ambiente, se tornaram pautas para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social dos estados da região.

De fato, a partir da década de 1990, com a redução da participação do Estado, este não mais como agente definidor de estratégias, mas sim como regulador do processo de modernização tecnológica vinculada ao capital estrangeiro, surge discursos voltados para um padrão de desenvolvimento ancorado na globalização e na sustentabilidade. Assim, durante as décadas de 1990 e 2000, são notadas novas cadeias produtivas do agronegócio que diversificaram a estrutura produtiva, sobretudo no processo de urbanização, com crescente aporte do setor de serviços financeiros, educacionais, saúde, saneamento, construção civil etc. (BECKER e EGLER, 1993; PDCO, 2007).

Bajraj, Villa e Rodrigues (2000) em seus estudos sobre a população e desenvolvimento da América Latina e Caribe destacaram que o processo de urbanização representava um fator determinante para o desenvolvimento social e econômico de uma região. Porém, os autores alertaram para alguns cuidados sobre a expansão da urbanização, que em muitos casos marcam problemas de mobilidade em grandes centros urbanos e conseqüentemente em desigualdades socioeconômicas interurbanas, não se esquecendo dos conseqüentes problemas rurais, de pequenas propriedades, que se tornam cada vez mais distante de intervenções do Estado.

Diante do exposto, e pelas leituras de Mondardo (2011) e Ferrera de Lima e Alves (2011) destaca-se que as transformações econômicas, produtivas e de ocupação populacionais induzidas pelo Estado em Mato Grosso do Sul, são de conjunturas macroestruturais, em que os projetos políticos, como a modernização agrícola dos cerrados encabeçada pela SUDECO, foram implementados no âmbito geopolítico, para atender a expansão territorial do modo de produção capitalista. Assim, os movimentos econômicos e populacionais influenciaram de forma direta na formação territorial do Centro-Oeste, centralizando a urbanização em territórios estratégicos para expansão do capital



agroindustrial, e com a mecanização do campo, impulsionaram o desenvolvimento das atividades de serviços e indústria.

### 3. Procedimentos Metodológicos

Para compreender os padrões de localização e redistribuição da população urbana e rural do estado de Mato Grosso do Sul, adotou-se como procedimento metodológico, o emprego de medidas de localização que permitiram diagnosticar o comportamento econômico e demográfico, a fim de verificar possíveis movimentos populacionais que possibilitem entender a dinâmica econômica do estado nas últimas cinco décadas.

Como base metodológica, este trabalho recorre ao estudo de Rippel (2015), que analisou as transformações demográficas no Sudoeste do estado do Paraná, destacando o desenvolvimento econômico no âmbito de fluxos migratório, em que a localização espacial está em constante transformação na região. O autor ainda destaca que trabalhos realizados no Brasil como de Lodder (1974) e Haddad (1989), analisaram padrões locais de desenvolvimento regional por meio de instrumentais que auxiliaram no entendimento do estudo voltado as unidades territoriais e seus desdobramentos quanto ao padrão locacional.

Em Mato Grosso do Sul, poucos são os estudos que abordaram padrões locais de população, contudo, Cunha (1997) examinou os movimentos migratórios das Unidades Federativas da região Centro-Oeste na década de 1980, destacando que a fronteira agrícola ainda estava em sua plenitude. Constatou-se, então, um intensificado desenvolvimento econômico e demográfico com grandes contingentes de migração para todos os estados da região.

Assim, para a execução dos instrumentais metodológicos deste trabalho, foi organizado um conjunto de variáveis relacionadas com a população distribuída por situação de domicílios rural ou urbana, disponibilizados pelos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com este conjunto, foi possível construir uma matriz de informações que auxiliaram no cálculo de medidas de localização.

Logo, as seguintes variáveis foram selecionadas:

$POP_{ij}$  = População no domicílio  $i$  do município  $j$ ;

$\sum_j POP_{ij}$  = População no domicílio  $i$  do estado;

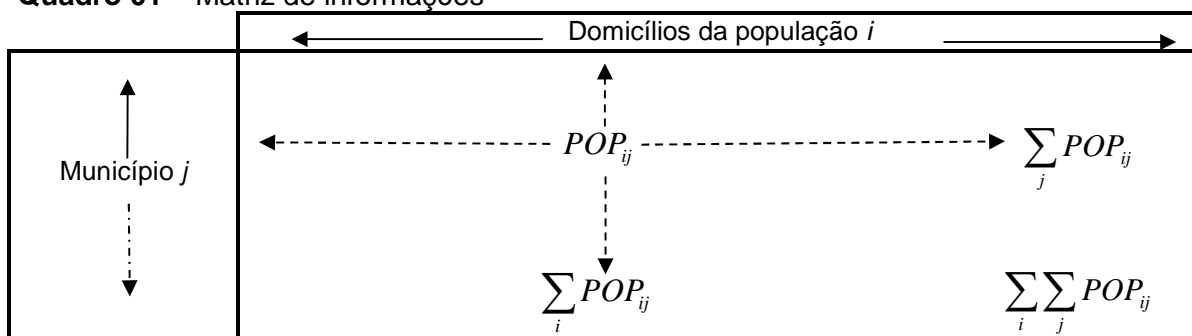


$$\sum_i POP_{ij} = \text{População em todos os domicílios do município } j;$$

$$\sum_i \sum_j POP_{ij} = \text{População total do estado.}$$

Pelo Quadro 01, é possível observar a organização das variáveis em uma matriz de informação. De acordo com a população de cada um dos municípios ( $j$ ) e de cada domicílio (rural ou urbano) em Mato Grosso do Sul, impetra-se na somatória das variáveis apresentadas.

**Quadro 01** – Matriz de informações



Fonte: Rippel (2015)

Com base na matriz de informação apresentada no Quadro 01, foi possível calcular as seguintes medidas de localização do espaço territorial do estado:

**i) Quociente Locacional (QL)**

O primeiro é o uso do Quociente Locacional (QL), que busca comparar variáveis para determinar padrões espaciais de especialização na economia regional, geralmente baseado em duas estruturas, que neste trabalho foi utilizado à população dos municípios e o domicílio (rural ou urbano). Assim, tem-se a seguinte fórmula:

$$QL = \frac{POP_{ij} / \sum_j POP_{ij}}{\sum_i POP_{ij} / \sum_i \sum_j POP_{ij}} \tag{01}$$

A partir do cálculo do QL, é possível identificar que se o QL for igual ou maior que um (1), o município se mostrará relevante no âmbito estadual, de acordo com o domicílio





estudado, ou seja, apresentará um grau de agrupamento da população domiciliar calculada. Por outro lado, se o QL for menor que um (1), significará que o município tem pouca representatividade de acordo com o domicílio calculado. Assim sendo, esta medida de localização, permite compreender quais municípios possuíram ou possuem padrões rurais ou urbanos ao longo do período analisado.

### **ii) Coeficiente de Localização (CL)**

A segunda medida é o Coeficiente de Localização (CL), este relaciona a proporção populacional de um domicílio com a proporção populacional do estado. Por meio da Equação 2 verifica-se tal relação:

$$CL = \frac{\sum_j \left( \frac{POP_{ij}}{\sum_j POP_{ij}} \right) - \left( \frac{\sum_i POP_{ij}}{\sum_i \sum_j POP_{ij}} \right)}{2} \quad (02)$$

Os valores encontrados variam de 0 a 1, em que valor igual a um (1) sugere que o domicílio  $i$  mostra-se concentrado em relação aos demais domicílios. Contudo, se o valor for igual à zero (0), indica que a população do domicílio  $i$  estará mais distribuída e de forma análoga entre todos os outros municípios do estado.

### **iii) Coeficiente de Redistribuição (CRed)**

De acordo com Rippel (2014), este coeficiente detém características demográficas, econômicas e geográficas, pois relaciona a distribuição percentual da população de um mesmo domicílio em dois períodos,  $t_0$  (ano inicial) e  $t_1$  (ano final). Assim, o Coeficiente de Redistribuição, apresentado na Equação 03, permite verificar se está ocorrendo padrões de concentração ou dispersão espacial para dado domicílio ao longo dos anos verificados.

$$CRed = \frac{\sum_j \left( \frac{POP_{ij}^{t_1}}{\sum_j POP_{ij}^{t_1}} \right) - \left( \frac{POP_{ij}^{t_0}}{\sum_j POP_{ij}^{t_0}} \right)}{2} \quad (03)$$

Os resultados deste coeficiente variam entre zero (0) e um (1), sendo que valores próximos a um (1) indicam que os padrões espaciais de localização dos municípios do



estado modificaram ao longo do tempo. Entretanto, se o valor for próximo de zero (0), significa que houve poucas mudanças nos padrões espaciais de localização dos municípios.

#### 4. Perfil Locacional da População Sul-mato-grossense

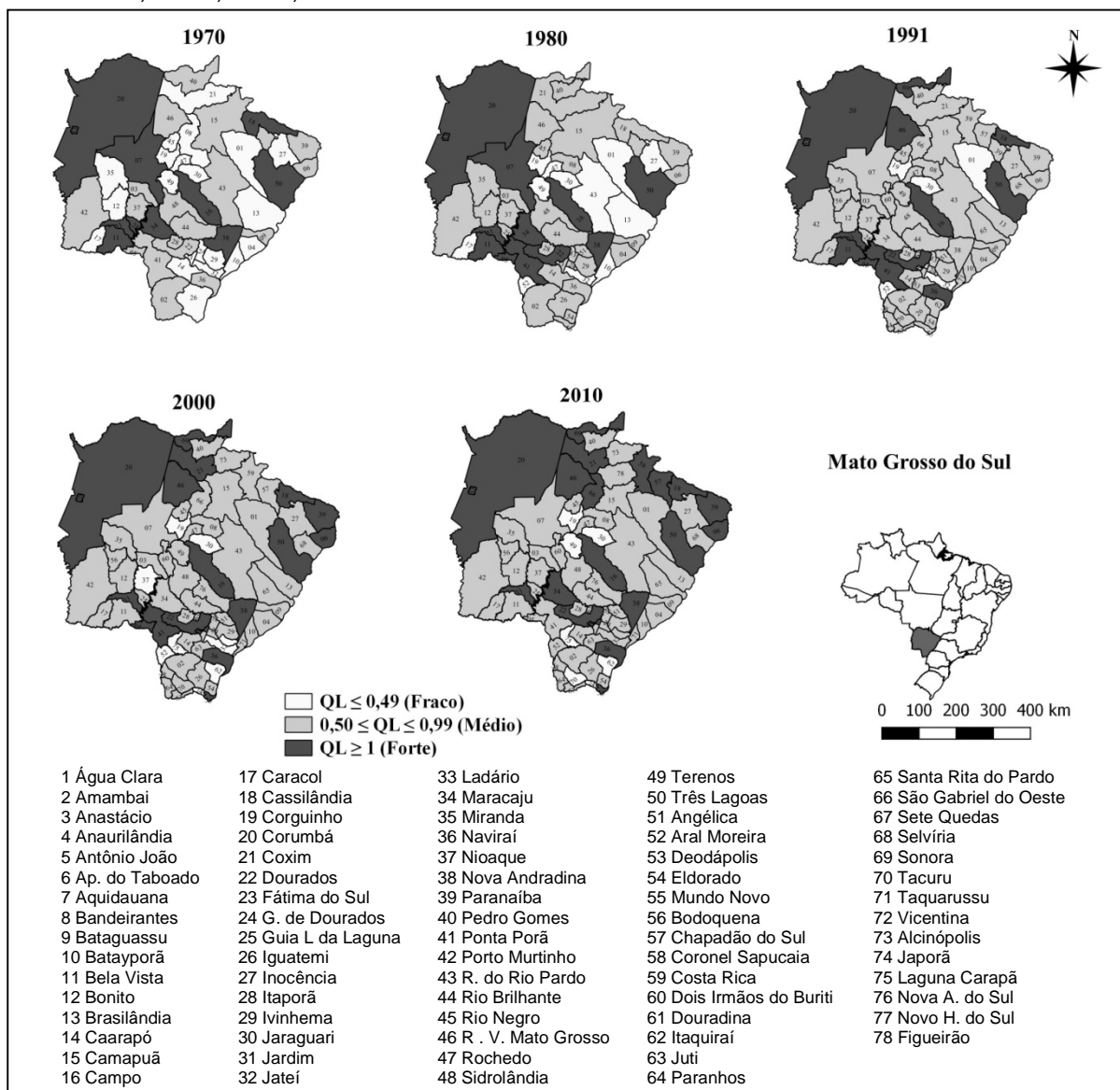
Na Figura 01 é possível verificar a evolução do Quociente Locacional (QL) da população urbana dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. A concentração da população urbana foi diminuindo entre o período de 1970 e 2010, em termos proporcionais, esta concentração reduziu de 37,93% para 5,64% respectivamente. Os municípios que concentraram maior parte da população urbana desde 1970 e/ou 1980<sup>3</sup> são Campo Grande, Cassilândia, Corumbá, Dourados, Jardim, Ladário, Ponta Porã e Três Lagoas, destes municípios apenas Cassilândia, Jardim e Ladário não são municípios polos de suas microrregiões.

---

<sup>3</sup> Em 1980, vários municípios são instituídos, como os municípios polos Dourados e Ponta Porã.



**Figura 01:** Quociente Locacional da população urbana dos municípios de Mato Grosso do Sul – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.



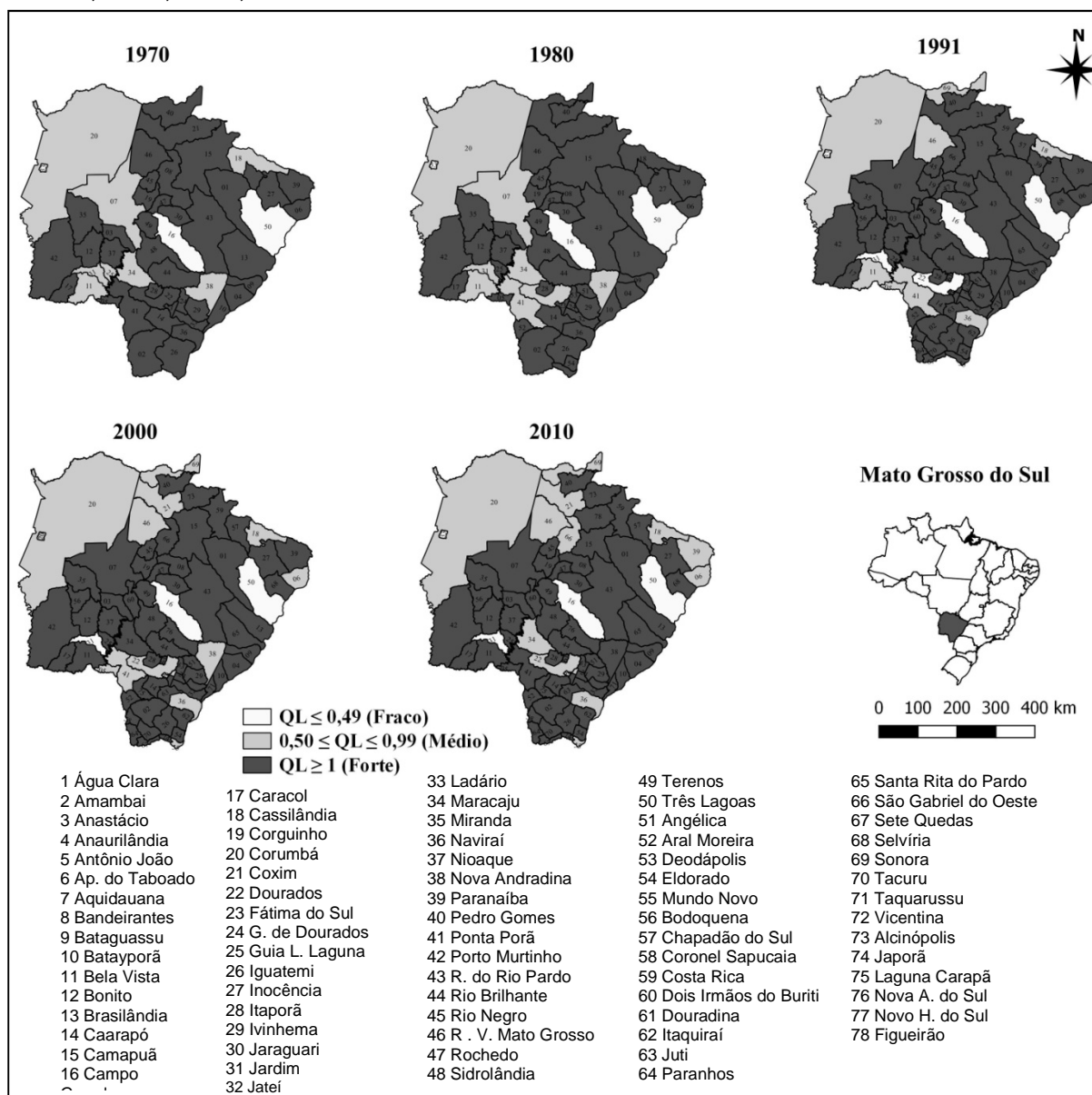
Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O QL com valores abaixo de 0,49, que considera municípios com baixa concentração populacional, demonstrou uma dispersão durante o período analisado, como pode ser observado na Figura 01. De 37,93% dos municípios considerados com pouca concentração populacional em 1970, apenas 8,97% ainda estão com baixa concentração. Estes aspectos refletem no âmbito da modernização agrícola que impulsionou a migração rural para o urbano. A Figura 01 ainda apresenta que municípios com valor do QL considerado médio



(0,50 até 0,99) foram os que apresentaram maiores crescimento no estado, estes representavam 25,86% em 1970, já em 2010 esta representatividade foi para 65,38%.

**Figura 02:** Quociente Locacional da população rural dos municípios de Mato Grosso do Sul – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se que as políticas de desenvolvimento regional aplicadas desde a década de 1930 e intensificadas na década de 1960, foram transformando o estado de rural para



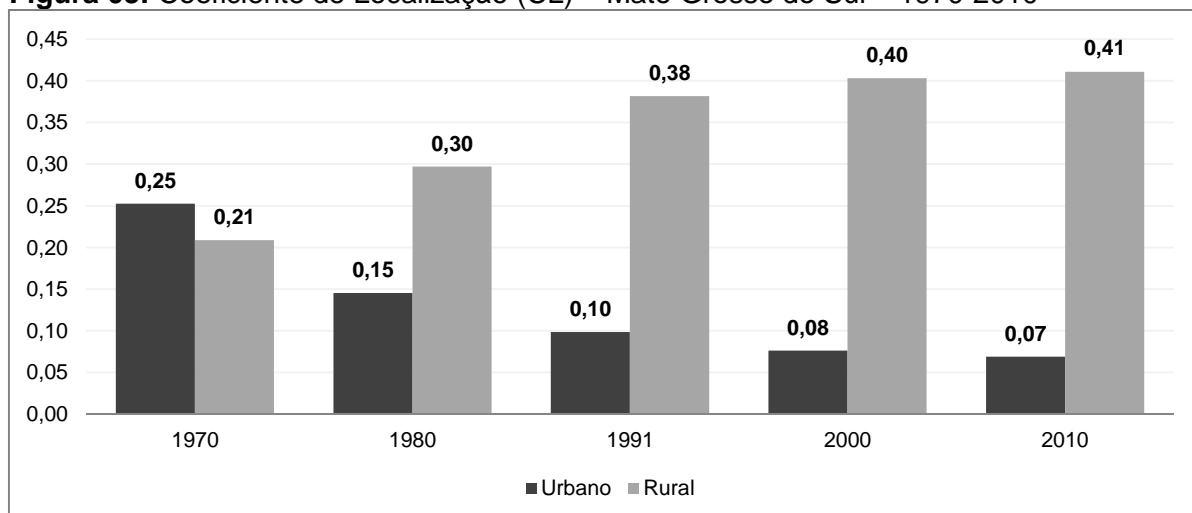
urbano, sendo que os municípios que permaneceram com concentração populacional urbana baixa, são pequenos, recentemente instituídos e tem suas economias dependentes do agronegócio. Assim, com base na Figura 01 e realizando um contraste com a Figura 02, evidencia-se também, uma concentração da população rural do estado.

Na Figura 02 observa-se que o estado possui elevada concentração da população rural dos municípios, logo, apresenta-se uma dualidade, pois o perfil de concentração da população urbana apresentado na Figura 01 contrasta com o perfil de concentração rural apresentado pela Figura 02. Rippel (2013) ao estudar as transformações demográficas do oeste paranaense constatou que as ocupações fundiárias da região são caracterizadas por pequenas propriedades, culminando em tal concentração da população rural.

No caso do estado de Mato Grosso do Sul, sua formação espacial pode ser explicada por Calixto e Gomes (2014), em que a ocupação fundiária ocorreu com grandes propriedades fundiárias e alguns centros urbanos. Os pequenos centros urbanos que formam maior parte do estado estão articulados a algum segmento (centro urbano), estes vinculados a atividades produtivas agrícolas, demandando serviços técnicos e especializados. A partir destas características, pode-se dizer que o estado tem grande representatividade de atividade agrícola, impulsionado pelo agronegócio brasileiro, o que distingue a concentração da população rural.

Verifica-se, portanto, na Figura 02, que os grandes centros urbanos do estado, a capital Campo Grande e o município de Três Lagoas possuíram ao longo das últimas cinco décadas, uma baixa concentração de população rural. Na questão dos municípios que concentraram população rural, em termos proporcionais, mantiveram-se em média 78,00% do estado. Para compreender tais aspectos, a Figura 03 indica a distribuição estadual da população urbana e rural para o período de 1970 a 2010, pelo Coeficiente de Localização (CL) em que valores próximos a 1 indicam concentração do domicílio rural ou urbano, e próximo a 0 indicam maior distribuição do domicílio estudado.

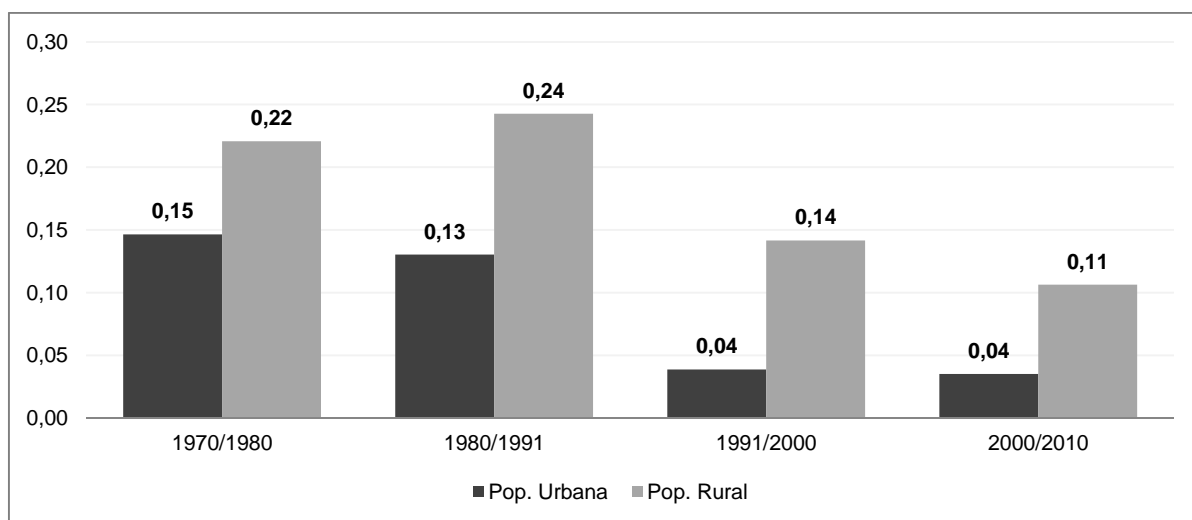
Os dados apresentados na Figura 03 indicam que a distribuição da população rural tornou-se mais concentrada e ao mesmo modo, a população urbana disseminou pelo estado. De fato, a disseminação da população urbana ocorreu durante o período por centros urbanos do estado, com efeito, a partir da década de 1980, em que as políticas de planejamento econômico de ocupação da região Centro-Oeste e a modernização agrícola, já estão consolidadas.

**Figura 03:** Coeficiente de Localização (CL) – Mato Grosso do Sul – 1970-2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Os coeficientes de localização da população urbana diminuíram desde a década de 1970, o que explica a ocorrência da urbanização nos municípios considerados polos do estado, como Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas. Esta disseminação da população urbana reflete uma tendência do movimento analisado quando se compara com o resultado dos Quocientes Locacionais urbanos analisados.

Na Figura 04 é indicado os dados do Coeficiente de Redistribuição (CRed), este coeficiente é semelhante ao CL, pois permite compreender os padrões de concentração ou dispersão espacial por dado domicílio. Entre o período de 1970 a 1991 os padrões de concentração da população urbana e rural eram mais evidentes, principalmente no caso da população rural, isto significa que houve importantes movimentos demográficos, que a partir da década de 1990, os padrões demográficos tenderam a uma maior dispersão espacial.

**Figura 04:** Coeficiente de Redistribuição (CREd) – Mato Grosso do Sul – 1970 - 2010

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De fato, os movimentos populacionais urbanos e rurais apontam para um estado que se torna mais urbano após a consolidação da fronteira agrícola (modernização) e dos planos governamentais aplicados para ocupação populacional. Contudo, ainda é bastante distinta no estado, a proporção da população rural, que mesmo reduzindo ao longo dos anos, esta ainda aparece com um importante percentual da população total do território sul-mato-grossense, como se pode observar pelos dados apresentados na Tabela 01.

**Tabela 01:** Distribuição da população urbana e rural – Mato Grosso do Sul - 1970-2010

Ano	Pop. Urbana	(%)	Pop. Rural	(%)	Pop. Total
1970	451.692	45,25	546.468	54,75	998.160
1980	919.256	67,11	450.513	32,89	1.369.769
1991	1.414.447	79,45	365.926	20,55	1.780.373
2000	1.747.106	84,08	330.895	15,92	2.078.001
2010	2.097.238	85,64	351.786	14,36	2.449.024

Fonte: IBGE, Censos Demográficos Brasileiros 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Pela Tabela 01 é possível verificar o crescimento contínuo da população urbana e o decréscimo contínuo da população rural já a partir da década de 1970. Pelo Censo de 2000 e 2010, as proporções mantiveram-se estáveis, consolidando em torno de 15% correspondente a população rural. Estes aspectos confirmam que apesar da grande concentração fundiária, a população rural do estado é consistente, mesmo após a expansão da fronteira agrícola, estes fatos apoia-se nos pequenos municípios que tem como base as atividades agropecuárias.



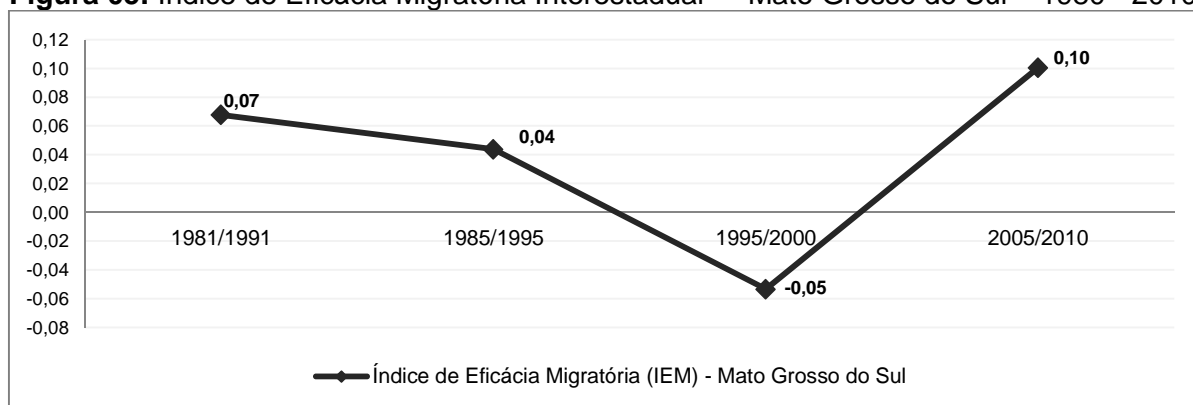
Em 2010, por exemplo, segundo os dados do censo, 15 dos 79 municípios sul-mato-grossenses apresentaram população rural superior à urbana, todos com menos de 20.000 habitantes no total. Outro fator importante é que 70,88% dos municípios do estado possuem população inferior ao número de 20.000 habitantes, o que complementa a composição de cidades com pequenos núcleos urbanos e dependentes de atividades agropecuárias.

Apenas 4 municípios (Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas) concentraram população acima de 100.000 habitantes em 2010. Estes municípios também concentraram em torno de 49,14% da população que imigra para o estado, com destaque para capital Campo Grande, 30,57% (IBGE, 2010).

Para compreender tal dinâmica, a circularidade migratória dos municípios torna-se uma importante abordagem, pois permite evidenciar as características migratórias do estado. Para tanto, Rippel (2015) utilizou o Índice de Eficácia Migratória (IEM), que serve para mensurar a eficácia do processo migratório de uma unidade territorial.

Nesse contexto, com base em Cunha (1999) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados apresentados na Figura 05 indicam o Índice de Eficácia Migratória (IEM), cujo valor varia de 1 a -1, sendo que valores próximos a 1 indicam elevado processo migratório (ganhos populacionais) e valores próximos a -1 representam pouca dinâmica emigratória (perdas populacionais).

**Figura 05:** Índice de Eficácia Migratória Interestadual\* – Mato Grosso do Sul – 1980 - 2010



Fonte: Cunha (1999) e IBGE (2010)

\*Para os anos de 1981 a 1995, os dados são encontrados em Cunha (1999).

Os valores apresentados na Figura 05 do IEM demonstram valores próximos de zero, que se deduz uma alta circularidade migratória entre as décadas de 1980 e 2000. Destaque para a segunda metade da década de 1990, que o IEM, mesmo com valor





próximo a zero, apresentou-se negativo, o que indica evasão populacional. Na segunda metade da década de 2000, a eficácia migratória apresentou seu maior valor, significando uma tendência imigratória no estado.

Cunha (1999) destaca que as imigrações das unidades federativas da região Centro-Oeste, estavam condicionadas pelo processo de consolidação da fronteira agrícola e pelo crescimento de grandes centros urbanos. Já a emigração, o autor constata que a extensão da fronteira agrícola para o Norte, pode ser explicada para esta circularidade migratória (IEM próximo 0) nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Pela Tabela 02, é possível verificar a distribuição da população dos estados brasileiros para Mato Grosso do Sul, tendo como base o último censo demográfico de 2010.

**Tabela 02:** Distribuição da população migrante segundo estado de origem (2005-2010) – Mato Grosso do Sul – 2005/2010 – 1995/2000 e 1986/1991\*. (continua)

UF de Origem	2005/2010		1995/2000		1986/1991	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
São Paulo	33.457	33,80	36.250	37,10	41.888	33,77
Paraná	14.560	14,71	17.186	17,59	27.412	22,10
Mato Grosso	13.777	13,92	12.280	12,57	13.797	11,12
Minas Gerais	4.761	4,81	3.357	3,44	5.065	4,08
Rio de Janeiro	4.431	4,48	3.849	3,94	4.019	3,24
Rio Grande do Sul	3.843	3,88	4.258	4,36	7.158	5,77
Goiás	3.794	3,83	3.786	3,87	3.347	2,70
Santa Catarina	2.881	2,91	2.465	2,52	2.903	2,34

**Tabela 02:** Distribuição da população migrante segundo estado de origem (2005-2010) – Mato Grosso do Sul – 2005/2010 – 1995/2000 e 1986/1991\*. (conclusão)

UF de Origem	2005/2010		1995/2000		1986/1991	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Rondônia	2.351	2,38	2.629	2,69	6.520	5,26
Pernambuco	2.319	2,34	1.862	1,91	2.028	1,63
Outros estados	12.798	12,93	9.787	10,02	9.912	7,99
<b>Total</b>	<b>98.972</b>	<b>100,00</b>	<b>97.709</b>	<b>100,00</b>	<b>124.049</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Censos Demográficos IBGE (1991, 2000 e 2010).

\*Os dados de censos anteriores, não engloba Mato Grosso do Sul, devido sua criação ser oficializada em 1979.

Percebe-se que os estados que mais emigra população para Mato Grosso do Sul, são São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Maior parte da população em 2010 é de origem das



Regiões Sudeste (43,55%), Sul (21,50%) e do próprio Centro Oeste (18,52%), o que explica a saturação da fronteira agrícola nas regiões Sul e Sudeste a partir da década de 1980. Há uma boa parcela de estados do Nordeste, este representando 10,20% em 2010. No processo histórico, Cunha (1999) destaca que boa parcela de nordestinos e de pessoas de outros estados do Centro-Oeste passou por São Paulo, o que explica uma proporção reduzida de paulistas segundo naturalidade no Centro-Oeste.

Outros aspectos importantes que Pochmann, Blanes e Amorim (2006) destacaram e que complementam com os dados da Tabela 02, são de que a urbanização sul-mato-grossense está associada à mudança do perfil da população migrante, pois até os anos 2000, 79% dos migrantes residiam em áreas urbanas, passando para 84% na década de 2000. Deste modo, percebem-se as transformações demográficas do estado, repercutiram tanto no âmbito intraestadual quanto interestadual, é de que municípios de maior porte econômico e populacional tendem a concentrar mais população urbana, o inverso tende a ocorrer com municípios menores.

## Considerações Finais

A investigação teve o objetivo analisar a evolução da concentração populacional urbana e rural do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1970 e 2010. Pelos dados analisados, as transformações demográficas e o padrão de concentração urbana e rural entre os municípios sul-mato-grossenses ocorreram de forma mais intensa até a década de 1990, década em que a fronteira agrícola já se encontrava consolidada no estado, e as políticas de planejamento econômico que visavam à ocupação de regiões pouco povoadas perderam força com a adoção de políticas neoliberais de Estado mínimo.

De fato, as políticas públicas adotadas para promover a ocupação da região Centro-Oeste, não surtiram efeitos quanto ao desenvolvimento econômico e social no estado de Mato Grosso do Sul, pois a redução da população rural se deu por conta da ocupação de grandes concentrações fundiárias de terras e pouca diversificação produtiva. Desse modo, a promoção de redução das desigualdades regionais propostas por políticas específicas gerou desigualdades territoriais e sociais, culminando em pequenos municípios que se baseiam em atividades rurais e demandam serviços urbanos de cidades maiores.

Assim, o estado passou durante as últimas quatro décadas importantes transformações socioeconômicas, que vão desde a uma estrutura produtiva de mero



fornecedor de matéria prima para o centro industrial brasileiro (São Paulo) para uma economia voltada para o mercado externo, ainda fornecedor de bens primários, no entanto, cada vez mais importante para a economia brasileira. Neste processo, os movimentos populacionais e a distribuição espacial, foram se consolidando, com diferentes intensidades, que definiram um estado mais urbanizado, mas que ainda tem importante representatividade da população rural.

Cabe ressaltar, que o estado possui grande número de municípios que abrange menos de 20.000 habitantes, e que estes municípios concentram população rural, dado que sua base produtiva é a produção agropecuária. Enquanto que os municípios com maiores estruturas de serviços, e com maior concentração de população urbana, como Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas, fornecem serviços técnicos e especializados para os municípios de pequeno porte.

Verificou-se também que os fluxos migratórios dos municípios estão concentrados naqueles com população superior a 100.000 habitantes, com destaque para a capital do estado que corresponde a quase um terço da população que se instala no estado. Estas evidências condizem com os indicadores utilizados, que todo o movimento demográfico polarizou-se em determinados municípios do estado, e que no conjunto migratório, percebeu-se que o estado apresentou uma interessante circularidade migratória desde 1980.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado) Geografia 2001.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003. 509p.

BECKER, B. & EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Editora Revan: Rio de Janeiro (RJ), 2007.

CUNHA, J. M. P. da. Os Movimentos Migratórios no Centro-Oeste na década de 80. **Cadernos de Demografia**, v. vol. 4, p. 25-79, 1997.



CALIXTO, M. J. M. S.; GOMES, I. R. P. Da formação territorial à rede urbana do Mato Grosso do Sul. In: **V Seminário Internacional América Platina**, 2014, Dourados-MS. Anais do V Seminário Internacional América Platina (CD), 2014. p. 1-15.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L.R. Le continuum urbain et rural: le cas de la région Ouest du Paraná au Brésil. **79º Congrès de l'ACFAS**. Colloque (624) de la section développement regional. Sherbrook: ACFAS, 2011.

HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional**: teoria e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Contagem populacional de 1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 1991**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)>. Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 1980**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000403.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 1970**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000403.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

KON, A. A experiência brasileira de planejamento econômico governamental federal: análise dos planos implementados e suas consequências. In: Quatro décadas de planejamento econômico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 49-61 Mai./Jun. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a05v34n3.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

LODDER, C. A. Padrões locacionais e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Economia**. v. 28, n. 1, jan./mar. 1974. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/126/6794>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2015.



MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região sudoeste ao longo do século XX. **Revista brasileira de estudos populacionais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, A. F. A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, T. C. M.: **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande- Ed. UFMS, 2003.

RIPPEL, R. Fronteiras em movimento - transformações demográficas numa região emblemática: o oeste paranaense de 1970 a 2010. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 8., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2013.

RIPPEL; R. Migração numa fronteira em desenvolvimento - transformações demográficas no Sudoeste do Estado do Paraná. **Rev. Ciênc. Empres.** UNIPAR, Umuarama, v. 16, n. 2, p. 169-187, jul./dez. 2015.

POCHMANN, M; BLANES, D; AMORIM, R. **Inclusão Social: uma utopia possível** – impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul. Editora Cortez, São Paulo, SP, 2006.

SINGER, P. Crescimento econômico e distribuição espacial da população. **Revista de Economia Política**. Vol. 2/3. Jul./Set. 1982.

SOUSA, J. U. P. Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do Maranhão, Brasil: contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação. **Planejamento e políticas públicas, PPP**. n. 37. Jul./Dez. 2011.